



MUNICÍPIO DE VALPAÇOS

Edital n.º 1016/2022

Sumário: Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios de Valpaços.

Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios de Valpaços

Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, torna público, para efeitos do disposto no artigo 139.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e no artigo 56.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 29 de junho de 2022, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião de 07 de junho de 2022, deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Valpaços.

O presente Plano entra em vigor no dia seguinte à sua publicação no *Diário da República* e encontra-se disponível para consulta na página eletrónica do Município de Valpaços, em www.valpacos.pt.

4 de julho de 2022. — O Presidente da Câmara, *Dr. Amílcar Castro de Almeida*.

Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Valpaços

Artigo 1.º

Âmbito Territorial

O Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Valpaços, adiante designado por PMDFCI — Valpaços, ou plano, de âmbito municipal, na sua área de abrangência, mereceu parecer prévio da Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF), 25 de novembro de 2021 e parecer vinculativo positivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), a 19 de março de 2022, tendo sido sujeito a consulta pública, publicitada por Aviso n.º 8128/2022, de 20 de abril, publicado na Segunda Série do *Diário da República* n.º 77/2022, de 20 de abril de 2022, de acordo com determinado nos n.ºs 6 e 7 do artigo 4.º do Anexo ao referido Despacho n.º 443-A/2018, de 5 de janeiro, na sua atual redação, que estabelece o Regulamento Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Este contém as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das ações de prevenção, incluem a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndio.

Artigo 2.º

Enquadramento

1 — Assegurando a consistência territorial de políticas, instrumentos, medidas e ações, o planeamento da defesa da floresta contra incêndios tem um nível nacional, regional e municipal.

2 — O planeamento municipal tem um carácter executivo e de programação operacional e deverá cumprir as orientações e prioridades regionais, supramunicipais e locais, numa lógica de contribuições para o todo nacional.

Artigo 3.º

Conteúdo Documental

1 — O PMDFCI de Valpaços é constituído pelos seguintes elementos:

- a) Diagnóstico;
- b) Plano de Ação.

2 — O Diagnóstico constitui uma base de informação que se traduz na caracterização sucinta e clarificadora das especificidades do município, que para todos os efeitos é parte integrante do PMDFCI e que compreende os seguintes capítulos:

- 1) Introdução;
- 2) Caracterização Física;
- 3) Caracterização Climática;
- 4) Caracterização da População;
- 5) Caracterização da Ocupação do Solo e Zonas Especiais;
- 6) Análise do Histórico e Causalidade dos Incêndios Rurais.

3 — O Plano de Ação compreende o planeamento de ações que suportam a estratégia municipal de defesa da floresta contra incêndios, definindo metas, indicadores, responsáveis e estimativa orçamental e que compreende os seguintes capítulos:

- 1) Introdução;
- 2) Enquadramento do PMDFCI no Sistema de Gestão Territorial e no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- 3) Modelos de Combustíveis Florestais;
- 4) Cartografia de Risco de Incêndio Rural;
- 5) Prioridades de Defesa;
- 6) Objetivos e Metas do PMDFCI;
- 7) Eixos Estratégicos;
- 8) Estimativa de Orçamento para Implementação do PMDFCI.

Artigo 4.º

Condicionantes

1 — Para efeitos do cumprimento do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, o mapa da perigosidade de incêndio rural é representado em cinco classes, constante no Anexo I;

2 — Sem prejuízo das medidas de defesa da floresta contra incêndios definidas no quadro legal em vigor, os condicionalismos à construção de novos edifícios ou à ampliação de edifícios existentes, fora das áreas edificadas consolidadas decorrentes do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, obedecem às seguintes regras:

a) A construção de novos edifícios ou a ampliação com aumento da área de implantação de edifícios existentes apenas são permitidas fora das áreas edificadas consolidadas, em áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural definida no presente PMDFCI como de média, baixa e muito baixa;

b) Garantir na implantação no terreno dos edifícios e ampliações referidos na alínea anterior, a distância à extrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m, quando os mesmos sejam confinantes com terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais;

c) A largura da faixa de proteção referida na alínea anterior, estabelecida pelo presente PMDFCI, será de 10 m quando inseridas ou confinantes com outras ocupações, desde esteja assegurada uma faixa de 50 m sem ocupação florestal (floresta, matos ou pastagens naturais);

d) Quando a faixa de proteção mencionada nas alíneas anteriores integre rede secundária ou primária estabelecida, infraestruturas viárias ou planos de água, a área destas pode ser contabilizada na distância mínima exigida para a faixa de proteção.

3 — Para observância do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, aplicável aos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a

qualquer título, detenham terrenos confinantes a edifícios inseridos em espaços rurais, é obrigatório que estes procedam à gestão de combustível numa faixa com as seguintes dimensões:

a) Largura não inferior a 50 m, medida a partir da alvenaria exterior do edifício, sempre que esta faixa abranja terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais;

b) Largura mínima de 10 m, estabelecida pelo presente PMDFCI, medida a partir da alvenaria exterior do edifício, quando a faixa abranja exclusivamente terrenos com outras ocupações.

Artigo 5.º

Rede secundária de faixas de gestão de combustíveis, rede viária florestal e rede de pontos de água

1 — As redes de defesa da floresta contra incêndios concretizam territorialmente, de forma coordenada, a infraestruturização dos espaços rurais decorrente da estratégia de defesa da floresta contra incêndios, de onde resulta o planeamento e consequente programação da rede secundária de faixas de gestão de combustíveis, rede viária florestal e rede de pontos de água:

a) Planeamento da rede secundária de faixas de gestão de combustíveis definidas em plano, na sua totalidade, independentemente da atual ocupação do solo, conforme Anexo II;

b) Planeamento da rede viária florestal considerada estruturante para o concelho, tendo subjacente as suas funções bem como a sua distribuição equilibrada no território, conforme mapa Anexo III;

c) Identificação da rede de pontos de água, conforme mapa Anexo IV;

d) Programação das ações relativas à rede secundária de faixas de gestão de combustíveis, rede viária florestal e rede de pontos de água, com os respetivos valores totais por responsável e por ano de planeamento, conforme quadro Anexo V.

Artigo 6.º

Conteúdo Material

O PMDFCI de Valpaços — 2022 a 2031 é público, exceto a informação classificada, pelo que se encontra disponível para consulta na página da Internet do Município em www.valpacos.pt e do ICNF, I. P.

Artigo 7.º

Planeamento e vigência

O PMDFCI de Valpaços tem um período de vigência de 10 anos, que coincide obrigatoriamente com os 10 anos de planeamento em defesa da floresta contra incêndios definido e aprovado para o período de 2022 a 2031 que nele é preconizado.

Artigo 8.º

Monitorização

O PMDFCI é objeto de monitorização, através de elaboração de relatório anual a apresentar à CMDF e a remeter até 31 de janeiro do ano seguinte ao ICNF, I. P., de acordo com o relatório normalizado a disponibilizar por este organismo.

Artigo 9.º

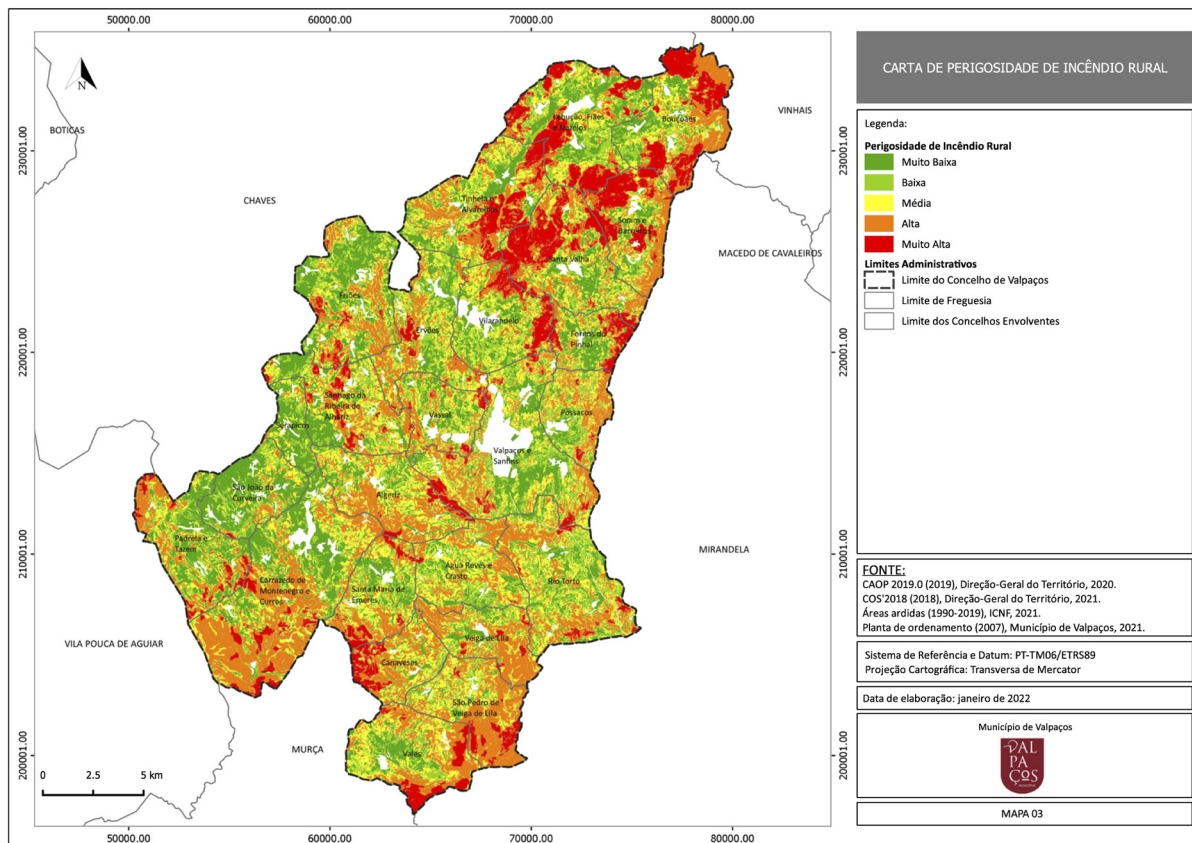
Alterações à Legislação

Quando se verificarem alterações à legislação em vigor, citadas no presente Regulamento, as remissões expressas que para elas forem feitas consideram -se automaticamente remetidas para a nova legislação que resultar daquelas alterações.

ANEXO I

(a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º)

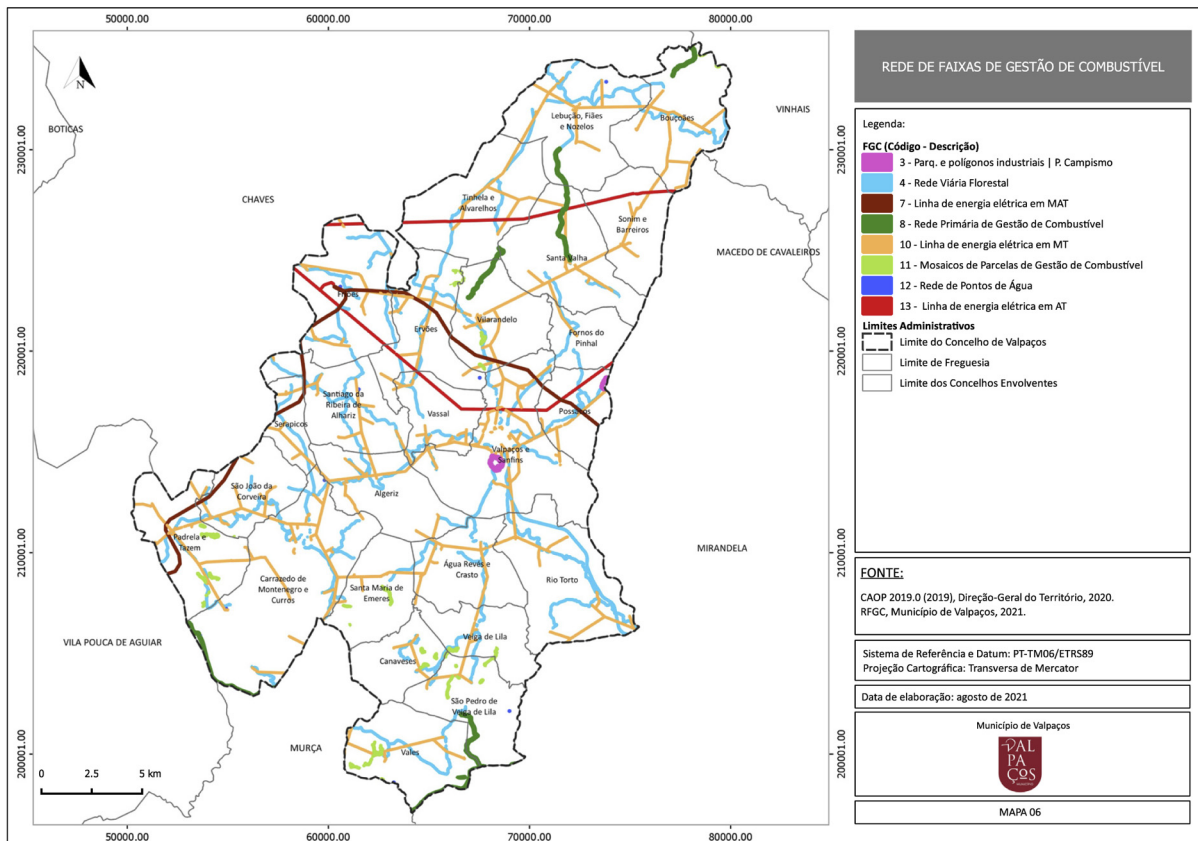
Perigosidade de Incêndio Rural



ANEXO II

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º]

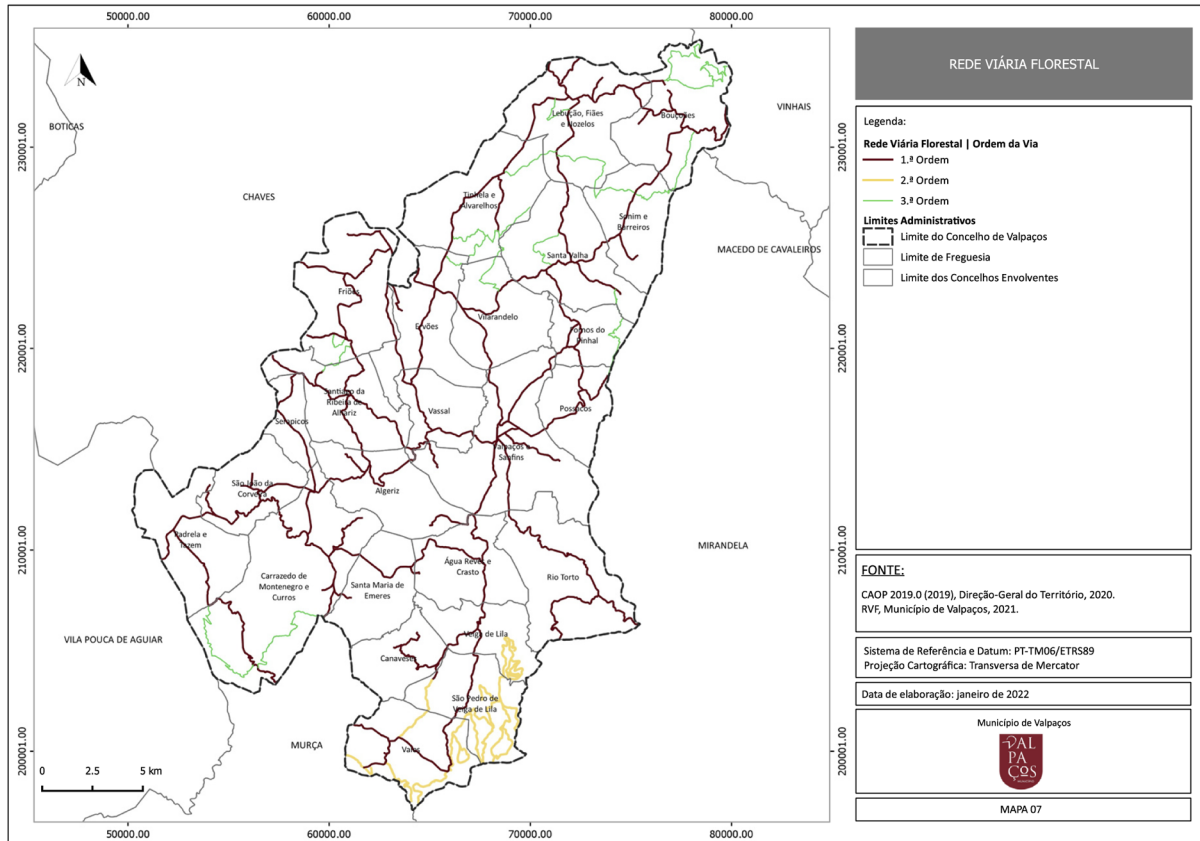
Planeamento da rede secundária de faixas de gestão de combustíveis (RSFGC)



ANEXO III

[a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º]

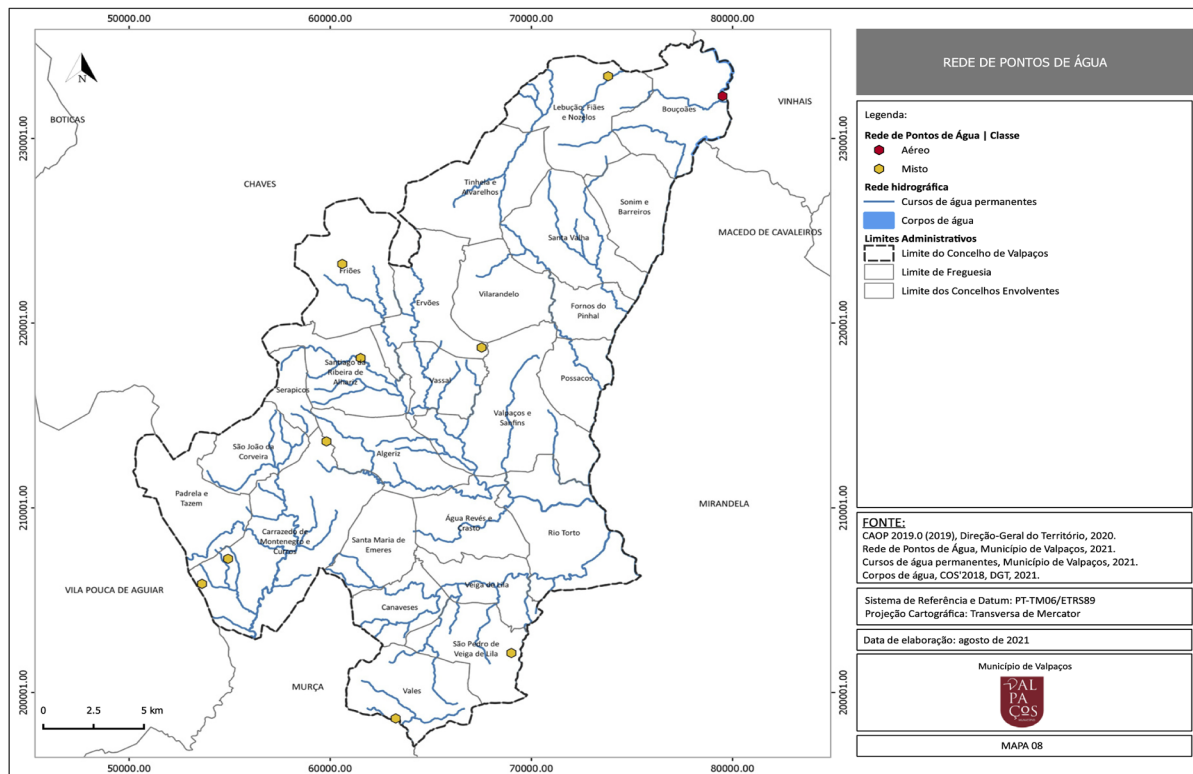
Planeamento da rede viária florestal (RVF)



ANEXO IV

[a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º]

Identificação da rede pontos de água



ANEXO V

[a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 5.º]

Programação das ações relativas à rede secundária de faixas de gestão de combustíveis, rede viária florestal e rede de pontos de água

Quadro 13: Metas e indicadores do 1.º Eixo Estratégico

RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	META/UNIDADE	AÇÃO	MEIOS DE EXECUÇÃO	MEIOS DE FINANCIAMENTO	INDICADORES MENSURÁVEIS (ANO)										
					2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	
CM Valpaços	Implementação da RFGC (ha)	Paques e polígonos industriais Parque de Campismo	Município, Juntas de Freguesia, empresas de prestação de serviços e sapedores florestais	Município, Junta de Freguesia, candidaturas ao Fundo Florestal Permanente, PRODER, etc.	14,8	0,0	14,8	0,0	14,8	0,0	14,8	0,0	14,8	0,0	
CM Valpaços		Rede Viária Florestal	Município, Juntas de Freguesia, empresas de prestação de serviços e sapedores florestais	Município, candidaturas ao Fundo Florestal Permanente, PRODER, etc.	38,4	38,0	25,7	38,4	38,0	25,7	38,4	38,0	25,7	38,4	
Infraestruturas de Portugal			Infraestruturas de Portugal e empresas de prestação de serviços	Infraestruturas de Portugal	20,3	0,0	26,2	20,3	0,0	26,2	20,3	0,0	26,2	20,3	
REN		Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível	Linhas de transporte de energia elétrica em Muito Alta Tensão	REN e empresas de prestação de serviços	REN	42,7	0,0	19,8	42,7	0,0	19,8	42,7	0,0	19,8	42,7
A definir			Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível	ICNF, Município, Juntas de Freguesia, empresas de prestação de serviços e sapedores florestais	ICNF, Município, Juntas de Freguesia, candidaturas ao Fundo Florestal Permanente, PRODER, etc.	43,7	59,4	123,3	43,7	59,4	123,3	43,7	59,4	123,3	43,7
E-Redes		Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível	Linhas de distribuição de energia elétrica em Média Tensão	E-Redes e empresas de prestação de serviços	E-Redes	0,0	117,3	0,0	0,0	117,3	0,0	0,0	117,3	0,0	0,0
CM Valpaços			Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível	-	-	0,0	90,9	0,0	90,9	0,0	90,9	0,0	90,9	0,0	90,9
CM Valpaços		Rede de Pontos de Água	Rede de Pontos de Água	Município, Juntas de Freguesia, empresas de prestação de serviços e sapedores florestais	Município, Junta de Freguesia, candidaturas ao Fundo Florestal Permanente, PRODER, etc.	0,0	1,2	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0
E-Redes			Linhas de distribuição de energia elétrica em Alta Tensão	E-Redes e empresas de prestação de serviços	E-Redes	0,0	57,9	0,0	0,0	57,9	0,0	0,0	57,9	0,0	0,0
CM Valpaços		Intervenção na RPA (n.º)	Beneficiação de Pontos de Água	Município, Juntas de Freguesia, empresas de prestação de serviços e sapedores florestais	Município, Junta de Freguesia, candidaturas ao Fundo Florestal Permanente, PRODER, etc.	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1
CM Valpaços	RVF (km)	Rede de 1.ª ordem - manutenção	Município, Junta de Freguesia, empresas de prestação de serviços e sapedores florestais	Município, Junta de Freguesia, candidaturas ao Fundo Florestal Permanente, PRODER, etc.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
		Rede de 2.ª ordem - manutenção	Município, Junta de Freguesia, empresas de prestação de serviços e sapedores florestais	Município, Junta de Freguesia, candidaturas ao Fundo Florestal Permanente, PRODER, etc.	10,2	18,2	14,9	10,2	18,2	14,9	10,2	18,2	14,9	10,2	

315481371